

# Superior Tribunal de Justiça

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.073.197 - SP (2017/0063778-9)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**AGRAVANTE : MUNICÍPIO DE SÃO PAULO**  
**PROCURADOR : BEATRICE CANHEDO DE ALMEIDA SERTORI E OUTRO(S) - SP237975**  
**AGRAVADO : NILTON BARROS DE CASTRO**  
**ADVOGADO : ALEXANDRE FARALDO E OUTRO(S) - SP130430**

## DECISÃO

Trata-se de agravo interposto pelo MUNICÍPIO DE SÃO PAULO contra decisão que inadmitiu recurso especial fundado na alínea "a" do permissivo constitucional e que desafia acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo assim ementado:

APELAÇÃO. Consignação em pagamento cumulada com declaratória de retificação de pagamento. Taxa de resíduos sólidos domiciliares (TRSD). Sentença parcialmente procedente. Alegada, preliminarmente, carência de ação por falta de interesse de agir. No mérito, defende a legalidade da cobrança. Sentença mantida por seus próprios fundamentos. Inteligência do art. 252 do Regimento interno desta Corte. Recurso não provido.

Nas razões do especial, alega violação do art. 267, VI, do CPC/1973, sustentando a necessidade de extinção do processo, sem resolução de mérito, tendo em vista que a ação consignatória não constitui meio hábil ao debate acerca da correta adequação do imóvel pertencente ao agravado, para fins de cobrança da taxa de resíduos sólidos domiciliares (TRSD). Acrescenta a impossibilidade de judicialização do tema, sem que tenha havido requerimento na via administrativa.

Sem contrarrazões, o recurso especial foi inadmitido, em razão de "o posicionamento alcançado pelos doutos Julgadores, embora contrário às pretensões da recorrente, não traduz desrespeito à legislação enfocada a ponto de permitir seja o presente alçado à instância superior" (e-STJ fl. 200).

Contraminuta não apresentada, conforme certidão de e-STJ fl. 209.

Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre registrar que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça" (Enunciado Administrativo n. 2 do STJ).

Feita essa consideração, cabe ressaltar que o recurso especial se origina de ação de consignação em pagamento c/c declaratória de retificação de lançamento ajuizada por Nilton Barros de Castro (ora agravado), em desfavor da municipalidade, por meio do qual pleiteia o correto enquadramento de seu imóvel, para fins de cobrança da taxa de resíduos sólidos domiciliares (TRSD).

# Superior Tribunal de Justiça

Em primeiro grau de jurisdição, o Juízo da 9ª Vara de Fazenda Pública da Comarca de São Paulo julgou procedente o pedido, a fim de consignar o ajuste de enquadramento do volume de resíduos sólidos emitidos pelo imóvel descrito na inicial, bem como para determinar o pagamento do montante que seria devido pelo autor caso o bem estivesse enquadrado no nível "UGR1", no período de março de 2003 a dezembro de 2005.

Irresignada, a municipalidade interpôs recurso de apelação, que foi desprovido pelo TJ/SP. Vejamos, no que interessa, o que está consignado no voto condutor do acórdão recorrido (e-STJ fls. 185/186):

De início, não há falar-se em falta de interesse de agir, como pretende o Município, pois inexistente qualquer incompatibilidade entre os pedidos constantes da exordial.

A discussão da dívida é justamente o objetivo da consignação em pagamento, nada existindo de contraditório, como bem percebeu o Juízo, ao afastar a preliminar na sentença, *in verbis*: "... não há incompatibilidade entre os pedidos realizados pela parte autora. São pedidos sucessivos, plenamente intelegíveis. No tocante à alegação de falta de interesse de agir, ainda, reputo que esta preliminar se confunde com o mérito, ...". (fls. 110). Assim, afastada a alegada carência de ação por ausência de interesse processual.

Pois bem.

Quanto à ofensa ao art. 267, VI, do CPC/1973, observa-se claramente que a instância ordinária não emitiu juízo de valor acerca da inadequação da via eleita pelo agravado, para fins de discutir a cobrança da taxa, tampouco a respeito da necessidade de prévio requerimento administrativo; ao tempo em que não foram opostos embargos de declaração pela parte insurgente, para fins de prequestionamento das teses apresentadas.

Acresço que, de acordo com a leitura do excerto supra, a preliminar não foi analisada à luz do art. 164 do CTN, que trata das hipóteses de cabimento da consignatória, limitando-se o Tribunal a ratificar fundamento da sentença, que, a bem da verdade, concluiu que a alegação de falta de interesse de agir se confunde com o próprio mérito da causa.

Assim, o presente apelo nobre carece, no ponto, do requisito constitucional do prequestionamento, circunstância que atrai a aplicação analógica da Súmula 282 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada".

Ante o exposto, com base no art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator

